COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 7.636, DE 2014

Altera a redação do art. 21º, 61º e 83º; acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao texto do art. 80º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Autor: Deputado **ALFREDO KAEFER**

Relator: Deputado **LÚCIO MOSQUINI**

I - RELATÓRIO

A proposição em exame tem como objetivo estabelecer que a administração dos direitos de exploração e produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, oriundos de exploração de xisto betuminoso, cabe à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Também determina que prescrevam em trinta anos os valores dos royalties decorrentes da exploração de xisto betuminoso para a produção de petróleo e gás, o que é necessário, de acordo com a justificação do projeto, para superar “hiato jurídico-administrativo”. No entender do Autor, “a pendência de mais de 21 anos” do pagamento de royalties do petróleo de xisto betuminoso ao Estado do Paraná resultou passivo que deve ser reconhecido pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás.

O projeto dispõe, outrossim, que os critérios de limites territoriais de Estados e Municípios produtores e confrontantes serão revistos, a qualquer tempo, por solicitação desses entes federados perante o Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, assenta que cabe ao TCU, com o auxílio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, “tratar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios, ou se for o caso, o Distrito Federal, produtores e confrontantes”.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, tendo sido distribuída às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; Minas e Energia - CME; Finanças e Tributação - CFT; e Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ.

Em 6 de maio de 2015, a CINDRA aprovou o Projeto de Lei nº 7.636, de 2014. Na sequência, essa proposição foi aprovada, em 2 de setembro de 2015, com emendas, pela CDEIC.

No âmbito desta Comissão de Minas e Energia, no decurso do período regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É louvável a iniciativa do autor do projeto de lei em exame, insigne Dep. Alfredo Kaefler, de explicitar que incumbe à ANP a regulação da exploração de xisto betuminoso para produção de petróleo e gás natural e a fiscalização dos royalties devidos em decorrência dessa produção.

Com essa medida, vê-se afastada incerteza com relação à possibilidade de a exploração de xisto betuminoso para produção de petróleo vir a ser tratada como a exploração de uma substância mineral sujeita ao Código de Mineração e, por via de consequência, ao pagamento da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

De igual modo, é digna de elogio a previsão legal de que os critérios de limites territoriais de Estados e Municípios confrontantes para fins de distribuição de royalties devidos pela produção de petróleo e gás natural possam ser revistos por meio de solicitação desses entes federados ao Tribunal de Contas da União. Com esse procedimento, estará se dando um passo importante para a pacificação de questão que vem assoberbando os tribunais.

Pela mesma razão, é conveniente atribuir ao TCU, com o auxílio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, competência para tratar das linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios para fim da mencionada distribuição de royalties.

O estabelecimento de prazo de prescrição de trinta anos para cobrança de royalties devidos pela exploração de xisto betuminoso para produção de petróleo e gás natural é questão controversa. Nesse particular, afigura-se oportuno lembrar que o Supremo Tribunal Federal decidiu¹ que o prazo prescricional aplicável às cobranças dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é de cinco anos. Analogamente, o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1.966) estabelece que o prazo de prescrição de ação de cobrança de crédito tributário é de cinco anos, contados da sua constituição final. Entretanto, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se acerca da constitucionalidade e juridicidade da matéria em apreço.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 7.636, de 2014.

Sala da Comissão, em   de   de 2015.

Deputado **LÚCIO MOSQUINI**
Relator

---

¹ Recurso Extraordinário com Agravo 709.212 Distrito Federal (ARExt 709.212/DF).